

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE TÊXTEIS**

PROCESSO N.º **25DC29CPI003**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS.....	3
1. OBJETO DO CONCURSO	3
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGEM OS CONTRATOS A CELEBRAR	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL	4
5. AGRUPAMENTOS	5
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA	6
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS	6
8. PREÇO	6
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS	10
10. FATURAÇÃO	10
11. REVISÃO DE PREÇOS	11
12. CAUÇÃO	11
13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS	11
14. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
15. PENALIDADES.....	12
16. RESPONSABILIDADE.....	13
17. RESOLUÇÃO	13
18. ATOS DE TERCEIROS	14
19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	14
20. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	15
21. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	15
22. PUBLICIDADE	17
23. CONFIDENCIALIDADE.....	17
24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	18
25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	19
26. GESTOR DO CONTRATO	19
27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	19
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS	20
28. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO	20
29. CONFORMIDADE DOS BENS.....	21

ANEXOS:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO B: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS
FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DESCRIÇÃO DOS BENS (VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do concurso público internacional para a **aquisição de têxteis**, em conformidade com as condições e características técnicas/especiais definidas neste Caderno de Encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **25 (vinte e cinco) Lotes** identificados do seguinte modo:
- a) **Lote 1** – ALMOFADAS;
 - b) **Lote 2** – COBERTORES E MANTAS POLARES;
 - c) **Lote 3** – RESGUARDOS;
 - d) **Lote 4** – ROUPA DE CAMA ADULTO;
 - e) **Lote 5** – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ;
 - f) **Lote 6** – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS;
 - g) **Lote 7** – BABETES;
 - h) **Lote 8** – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA;
 - i) **Lote 9** – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO);
 - j) **Lote 10** – ROUPÕES;
 - k) **Lote 11** – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA;
 - l) **Lote 12** – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO);
 - m) **Lote 13** – FATOS DE TREINO ADULTO;
 - n) **Lote 14** – FATOS DE TREINO CRIANÇA;
 - o) **Lote 15** – T-SHIRTS ADULTO;
 - p) **Lote 16** – T-SHIRTS CRIANÇA;
 - q) **Lote 17** – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO;
 - r) **Lote 18** – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA;
 - s) **Lote 19** – TECIDOS;
 - t) **Lote 20** – TELAS PLASTIFICADAS;
 - u) **Lote 21** – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS;
 - v) **Lote 22** – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO;
 - w) **Lote 23** – MANTAS DE PIQUENIQUE;
 - x) **Lote 24** – TOALHAS DE PRAIA; E
 - y) **Lote 25** – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no

Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dicom.nas@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGEM OS CONTRATOS A CELEBRAR

Na execução dos contratos objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a)** As cláusulas dos contratos, considerando-se integradas nos mesmos este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta dos Adjudicatários e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b)** No caso dos contratos não serem reduzidos a escrito, este caderno de encargos, a proposta adjudicada, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelo Interessado e expressamente aceites pela SCML, nos termos do disposto no programa do concurso;
- c)** Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto dos contratos a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelos contratos ou documentos que dele fazem parte integrante;
- d)** As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos, que se consideram integrados nos contratos, não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
 - 1.º** Os termos dos suprimentos, dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** A proposta dos Adjudicatários;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta dos Adjudicatários, prestados pelos mesmos.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no(s) contrato(s) e o clausulado deste(s) resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelos Adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respectivas obrigações, os Adjudicatários deverão:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início dos contratos, os Adjudicatários deverão formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual dos fornecimentos contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna os Adjudicatários responsáveis por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar o fornecimento dos bens objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único contrato de fornecimento de bens com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução do fornecimento dos bens perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4.** No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante dos Adjudicatários.

- 5.7.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS FORNECIMENTOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com os Adjudicatários.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.1.** Os contratos a celebrar na sequência do presente procedimento entram em vigor na data da última assinatura eletrónica ou na data de validação dos documentos de habilitação, caso não haja redução a escrito, e terão a duração máxima de **36 (trinta e seis) meses** a contar daquela data, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.
- 7.2.** O período de duração inicial do contrato será de **12 (doze) meses** podendo ser renovado, por iguais e sucessivos períodos, até à referida duração máxima, mediante acordo prévio escrito, a propor por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- 7.3.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, os contratos apenas produzem efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO

- 8.1.** Pelo fornecimento de todos os bens objeto dos contratos a celebrar, para efeitos de apresentação de proposta que englobe os **25 (vinte e cinco) Lotes**, incluindo a possibilidade de renovação até à duração total máxima de **36 (trinta e seis) meses**, o preço a pagar pela SCML é de **€397.950,00 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal, se aplicável, sendo para cada um dos **Lotes**, o seguinte:

- 8.1.1. Lote 1 – ALMOFADAS: € 9.330,00 (nove mil, trezentos e trinta euros);**
- 8.1.2. Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 10.860,00 (dez mil, oitocentos e sessenta euros);**
- 8.1.3. Lote 3 – RESGUARDOS: € 20.880,00 (vinte mil, oitocentos e oitenta euros);**
- 8.1.4. Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 179.430,00 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta euros);**
- 8.1.5. Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 9.420,00 (nove mil, quatrocentos e vinte euros);**
- 8.1.6. Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 390,00 (trezentos e noventa euros);**

- 8.1.7. **Lote 7 – BABETES: € 24.960,00 (vinte e quatro mil, novecentos e sessenta euros);**
 - 8.1.8. **Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 5.130,00 (cinco mil, cento e trinta euros);**
 - 8.1.9. **Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 23.970,00 (vinte e três mil, novecentos e setenta euros);**
 - 8.1.10. **Lote 10 – ROUPÕES: € 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta euros);**
 - 8.1.11. **Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 1.650,00 (mil, seiscentos e cinquenta euros);**
 - 8.1.12. **Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 3.270,00 (três mil, duzentos e setenta euros);**
 - 8.1.13. **Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa euros);**
 - 8.1.14. **Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 780,00 (setecentos e oitenta euros);**
 - 8.1.15. **Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 1.410,00 (mil, quatrocentos e dez euros);**
 - 8.1.16. **Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros);**
 - 8.1.17. **Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 1.080,00 (mil e oitenta euros);**
 - 8.1.18. **Lote 18 – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);**
 - 8.1.19. **Lote 19 – TECIDOS: € 2.190,00 (dois mil, cento e noventa euros);**
 - 8.1.20. **Lote 20 – TELAS PLASTIFICADAS: € 30,00 (trinta euros);**
 - 8.1.21. **Lote 21 – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: € 23.370,00 (vinte e três mil, trezentos e setenta euros);**
 - 8.1.22. **Lote 22 – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);**
 - 8.1.23. **Lote 23 – MANTAS DE PIQUENIQUE: € 990,00 (novecentos e noventa euros);**
 - 8.1.24. **Lote 24 – TOALHAS DE PRAIA: € 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta euros);**
 - 8.1.25. **Lote 25 – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO: € 60.720,00 (sessenta mil, setecentos e vinte euros).**
- 8.2. Para além do preço global indicado no número anterior, deve, igualmente, ter-se em atenção, englobando os 25 (vinte e cinco) lotes, o preço referente ao fornecimento de bens, objeto do contrato a celebrar, durante o período de cada duração contratual de **12 (doze) meses**, é de **€ 132.650,00 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, dividido da seguinte forma, por Lote:
- 8.2.1. **Lote 1 – ALMOFADAS: € 3.110,00 (três mil, cento e dez euros);**
 - 8.2.2. **Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 3.620,00 (três mil, seiscentos e vinte euros);**
 - 8.2.3. **Lote 3 – RESGUARDOS: € 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta euros);**
 - 8.2.4. **Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 59.810,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e dez euros);**
 - 8.2.5. **Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 3.140,00 (três mil, cento e quarenta euros);**
 - 8.2.6. **Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 130,00 (cento e trinta euros);**

- 8.2.7. **Lote 7 – BABETES: € 8.320,00 (oito mil, trezentos e vinte euros);**
 - 8.2.8. **Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 1.710,00 (mil, setecentos e dez euros);**
 - 8.2.9. **Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa euros);**
 - 8.2.10. **Lote 10 – ROUPÕES: € 1.190,00 (mil, cento e noventa euros);**
 - 8.2.11. **Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros);**
 - 8.2.12. **Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 1.090,00 (mil e noventa euros);**
 - 8.2.13. **Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta euros);**
 - 8.2.14. **Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 260,00 (duzentos e sessenta euros);**
 - 8.2.15. **Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 470,00 (quatrocentos e setenta euros);**
 - 8.2.16. **Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 150,00 (cento e cinquenta euros);**
 - 8.2.17. **Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 360,00 (trezentos e sessenta euros);**
 - 8.2.18. **Lote 18 – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);**
 - 8.2.19. **Lote 19 – TECIDOS: € 730,00 (setecentos e trinta euros);**
 - 8.2.20. **Lote 20 – TELAS PLASTIFICADAS: € 10,00 (dez euros);**
 - 8.2.21. **Lote 21 – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: € 7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa euros);**
 - 8.2.22. **Lote 22 – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros);**
 - 8.2.23. **Lote 23 – MANTAS DE PIQUENIQUE: € 330,00 (trezentos e trinta euros);**
 - 8.2.24. **Lote 24 – TOALHAS DE PRAIA: € 860,00 (oitocentos e sessenta euros);**
 - 8.2.25. **Lote 25 – TOALHAS TURCAS CASA DE BANHO: € 20.240,00 (vinte mil, duzentos e quarenta euros).**
- 8.3. Para além do disposto nos números anteriores, para efeitos de apresentação, deverá ter-se em consideração que a SCML está disposta a pagar os seguintes preços máximos resultantes do somatório dos preços unitários de cada um dos itens, por Lote, e dos logotipos identificados no **ANEXO C** do presente Caderno de Encargos:
- 8.3.1. **Lote 1 – ALMOFADAS: € 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos);**
 - 8.3.2. **Lote 2 – COBERTORES E MANTAS POLARES: € 52,50 (cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos);**
 - 8.3.3. **Lote 3 – RESGUARDOS: € 53,00 (cinquenta e três euros);**
 - 8.3.4. **Lote 4 – ROUPA DE CAMA ADULTO: € 400,00 (quatrocentos euros);**
 - 8.3.5. **Lote 5 – ROUPA DE CAMA DE CRIANÇA E DE BEBÉ: € 70,00 (sessenta euros);**
 - 8.3.6. **Lote 6 – PIJAMAS DE BEBÉ, BODYS E BABYGROWS; FRALDAS: € 31,50 (trinta e um euros e cinquenta cêntimos);**
 - 8.3.7. **Lote 7 – BABETES: € 11,00 (onze euros);**
 - 8.3.8. **Lote 8 – CAMISOLAS INTERIORES E PIJAMAS DE CRIANÇA: € 105,00 (cem e cinco euros);**

- 8.3.9. Lote 9 – CAMISOLAS INTERIORES, CAMISAS DE NOITE E PIJAMAS (ADULTO): € 72,00 (setenta e dois euros);**
- 8.3.10. Lote 10 – ROUPÕES: € 32,50 (trinta e dois euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.11. Lote 11 – CUECAS E BOXERS DE CRIANÇA: € 9,00 (nove euros);**
- 8.3.12. Lote 12 – CUECAS, BOXERS, CINTAS E SOUTIENS (ADULTO): € 19,50 (dezanove euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.13. Lote 13 – FATOS DE TREINO ADULTO: € 99,50 (noventa e nove euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.14. Lote 14 – FATOS DE TREINO CRIANÇA: € 191,00 (cento e noventa e um euros);**
- 8.3.15. Lote 15 – T-SHIRTS ADULTO: € 13,50 (treze euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.16. Lote 16 – T-SHIRTS CRIANÇA: € 11,50 (onze mil e cinquenta euros);**
- 8.3.17. Lote 17 – MEIAS E COLLANTS DE ADULTO: € 5,50 (cinco euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.18. Lote 18 – MEIAS E COLLANTS DE CRIANÇA: € 17,00 (dezassete euros);**
- 8.3.19. Lote 19 – TECIDOS: € 60,50 (setenta euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.20. Lote 20 – TELAS PLASTIFICADAS: € 11,00 (onze euros);**
- 8.3.21. Lote 21 – TOALHAS DE MESA, INDIVIDUAIS E GUARDANAPOS: € 167,00 (cento e sessenta e sete euros);**
- 8.3.22. Lote 22 – PANOS DE COZINHA, PEGAS E SACOS DE PANO: € 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.23. Lote 23 – MANTAS DE PIQUENIQUE: € 142,50 (cento e quarenta dois euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.24. Lote 24 – Toalhas de Praia: € 26,50 (vinte e seis euros e cinquenta cêntimos);**
- 8.3.25. Lote 25 – Toalhas Turcas Casa de Banho: € 28,50 (vinte e oito euros e cinquenta cêntimos).**
- 8.3.26. Logotipos – Logotipos a aplicar: € 3,50 (três euros e cinquenta cêntimos).**
- 8.4.** Os preços referidos nas cláusulas anteriores serão acrescidos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.
- 8.5.** Os preços referidos no número anterior foram definidos com base numa consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º-A do CCP.
- 8.6.** Pelo fornecimento de todos os bens objetos dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a SCML pagará aos Adjudicatários, unicamente, o resultado da aplicação de preços unitários constantes da proposta adjudicada às quantidades efetivamente requisitadas e fornecidas.
- 8.7.** Os contratos serão celebrados pelo preço por lote referido na cláusula **8.1.** relativamente ao qual a SCML só pagará as quantias correspondentes aos bens efetivamente fornecidos, não estando obrigada a atingir o valor máximo adjudicado.

- 8.8.** No decurso da execução dos contratos, a SCML não está obrigada a atingir o valor máximo adjudicado, sendo que no caso de não ser atingido o referido valor tal não confere aos Adjudicatários o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS BENS

- 9.1.** Pelo fornecimento de bens objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar aos Adjudicatários os preços constantes nas propostas adjudicadas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas inerentes ao fornecimento de bens cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** Os Adjudicatários obrigam-se a executar pelos preços constantes dos contratos, dos quais a sua proposta fará parte integrante, todos os fornecimentos constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os fornecimentos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelos seus representantes.
- 9.4.** No decurso do fornecimento de bens e respetivos serviços, a SCML pode solicitar aos Adjudicatários a suspensão total ou a transferência para outro local de bens a fornecer comprometendo-se os Adjudicatários a manterem os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico e enviadas, via EDI (Electronic Data Interchange), mensalmente, para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML.
- 10.2.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **10 (dez) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com os contratos, esta comunicará tal decisão aos Adjudicatários, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

10.5. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula **17.** do caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não é admitida a revisão ordinária de preços, nos termos do artigo 300.º do CCP.

12. CAUÇÃO

12.1. É dispensada a prestação de caução pelos Adjudicatários, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12.2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS

13.1. Os contratos podem ser modificados:

13.1.1. Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a dos contratos;

13.1.2. Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP; e

13.1.3. Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.

13.2. Os contratos podem ser modificados com os seguintes fundamentos:

13.2.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios dos contratos; e

13.2.2. Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

13.3. A modificação dos contratos encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

14. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

14.1. Os Adjudicatários não poderão por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos fornecimentos objeto dos contratos a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.

14.2. No caso de subcontratação, os Adjudicatários permanecem integralmente responsáveis perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes dos contratos.

- 14.3.** Em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução dos contratos, os Adjudicatários cedem a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado os contratos, que venha da ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 14.4.** A execução dos contratos ocorrem nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 14.5.** Os direitos e obrigações dos Adjudicatários, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 14.6.** A posição contratual dos Adjudicatários nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 14.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

15. PENALIDADES

- 15.1.** No caso de os Adjudicatários não fornecerem bens no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
- 15.1.1.** Resolver os contratos nos termos legais;
 - 15.1.2.** Adquirir os bens em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo dos Adjudicatários.
- 15.2.** A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:
- 15.2.1.** Forem excedidos os respetivos prazos; ou,
 - 15.2.2.** O fornecimento de bens não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e os Adjudicatários não tenham corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.
- 15.3.** As importâncias resultantes das penalidades aplicadas, serão descontadas em faturas por liquidar ou com o acionamento da retenção prevista na cláusula **12.2.** do presente Caderno de Encargos.
- 15.4.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução dos contratos nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

15.5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

16. RESPONSABILIDADE

16.1. Se os Adjudicatários ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverão os Adjudicatários indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.

16.2. Os Adjudicatários assumem integral responsabilidade pelos bens fornecidos, sendo os únicos responsáveis perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.

16.3. Os Adjudicatários respondem, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do(s) contrato(s), qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Adjudicatários provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.

16.4. Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do(s) contrato(s) resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.

16.5. Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar fornecê-los por conta dos Adjudicatários, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.

16.6. As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade dos Adjudicatários no que se refere à sua execução dos contratos.

17. RESOLUÇÃO

17.1. Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver os contratos em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, após estes últimos terem sido notificados desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiverem sanado a situação.

17.2. A SCML poderá resolver de forma imediata os contratos em caso de incumprimento por parte dos Adjudicatários, designadamente, nos casos seguintes:

17.2.1. Se os Adjudicatários, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente fornecimento de bens;

17.2.2. Se se verificar o previsto em **15.4.**;

17.2.3. Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução do fornecimento de bens;

- 17.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução do fornecimento de bens
- 17.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
- 17.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 17.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta dos Adjudicatários e da resolução.
- 17.4.** Se a resolução for imputável aos Adjudicatários, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 17.5.** Em caso de resolução dos contratos e logo que esteja fixada a responsabilidade dos Adjudicatários será o montante respetivo deduzido nos depósitos, nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelos Adjudicatários, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 17.6.** A SCML, independentemente da conduta dos Adjudicatários, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, os contratos com os Adjudicatários, por carta registada com aviso de receção.
- 17.7.** A SCML poderá ainda resolver os contratos, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

18. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que os Adjudicatários sofram impedimentos no fornecimento dos bens contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 19.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Adjudicatários ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.
- 19.2.** Para além da obrigação estabelecida na cláusula anterior, nos casos dos contratos serem reduzidos a escrito, os Adjudicatários deverão entregar, com a outorga dos contratos, a

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos.

- 19.3.** Caso os contratos não sejam reduzidos a escrito, no âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Adjudicatários ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.

20. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 20.1.** São da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento dos bens objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.
- 20.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelos Adjudicatários do disposto no ponto anterior, os Adjudicatários indemnizarão a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

21. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 21.1.** Sempre que a execução dos contratos implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 21.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 21.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, os Adjudicatários obrigam-se a:

- 21.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
- 21.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 21.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 21.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 21.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 21.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 21.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 21.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 21.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor dos Adjudicatários, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 21.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído o fornecimento de bens relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;

- 21.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 21.4.** Os Adjudicatários obrigam-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respectivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 21.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelos Adjudicatários no âmbito do presente procedimento;
- 21.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 21.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelos Adjudicatários, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para os Adjudicatários, mantendo-se estes, em todo o caso, plenamente responsáveis perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

22. PUBLICIDADE

Os Adjudicatários não poderão fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

23. CONFIDENCIALIDADE

- 23.1.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a informação transmitida, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do fornecimento dos bens seja a classificada com indicação de confidencial ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.
- 23.2.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo hardware e software, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

- 23.3.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos contratos, sem prévia autorização expressa da SCML.
- 23.4.** Os Adjudicatários obrigam-se a não divulgar as informações e documentos obtidos junto da SCML e obrigam-se a não os utilizar a título profissional e/ou em benefício próprio, fora do objeto do presente procedimento, bem como se obrigam a não fazer qualquer reprodução de quaisquer documentos, ou informações prestadas, sem prévia autorização expressa da SCML nesse sentido.
- 23.5.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Adjudicatários, ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à SCML o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.
- 23.6.** Para além da informação identificada no número anterior, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado os contratos.
- 23.7.** Terminados os contratos, os Adjudicatários ficam obrigados a devolver ou a destruir e fazer prova da destruição da informação que produziu e daquela que lhe foi entregue, quando solicitado.
- 23.8.** Os Adjudicatários são responsáveis pela guarda e proteção adequadas da informação e serão responsabilizados pela sua divulgação não autorizada.
- 23.9.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

24. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 24.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez) dias seguidos**, através de carta registada com aviso de receção, para que em colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o

caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 24.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução dos contratos objeto do presente procedimento por parte dos Adjudicatários, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

25. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 25.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes dos contratos, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na Cláusula **2** do presente Caderno de Encargos.
- 25.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

26. GESTOR DO CONTRATO

- 26.1.** A SCML designará um ou mais gestores dos contratos, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 26.2.** Os Adjudicatários deverão comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução dos contratos.

27. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente fornecimento de bens será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável
- 27.2.** Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS

28. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- 28.1.** Apenas se aceita a entrega dos bens se os mesmos estiverem de acordo com o descrito e conforme as especificações técnicas constantes do **ANEXO C** do presente Caderno de Encargos.
- 28.2.** Pode ser solicitado que sejam aplicados nos bens os logotipos que constam igualmente do **ANEXO C**.
- 28.3.** Sempre que forem solicitados logotipos, o respetivo valor será imputado no preço contatual do Lote correspondente.
- 28.4.** Os Logotipos identificativos da SCML devem ser bordados, de acordo com as seguintes imagens:

Logotipo 1	 <p>Mais Nome do Equipamento (até 25 carateres)</p>
Logotipo 2	 <p>Mais Nome do Equipamento (até 25 carateres)</p>
Logotipo 3	 <p>Mais Nome do Equipamento (até 25 carateres)</p>

Logotipo 4	
Mais Nome do Equipamento (até 25 caracteres)	

- 28.5.** O Logotipo identificativo do estabelecimento a bordar juntamente com o Logotipo identificativo da SCML é disponibilizado posteriormente pela SCML aos Adjudicatários.
- 28.6.** Os bens são entregues diretamente pelos Adjudicatários nas moradas indicadas nas Notas de Encomenda.
- 28.7.** Os bens que se encontram discriminadas no presente Caderno de Encargos são meramente estimativas, pelo que a SCML poderá não necessitar de adquirir todos os bens indicados, o que em caso algum conferirá aos Adjudicatários o direito a serem indemnizados seja a que título for.
- 28.8.** Os Adjudicatários, sempre que solicitados, deverão entregar na **Unidade de Gestão de Contratos da Ação Social (UGCAS)** da Direção Técnica de Gestão e Monitorização da Direção da Ação Social, amostras dos bens que sejam requeridos, devidamente identificadas (etiquetadas) com o número da posição a que respeitam, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.
- 28.9.** A entrega dos bens encomendados deve ocorrer até um prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da respetiva nota de encomenda.
- 28.10.** Todas as despesas e custos de transporte e/ou deslocações por referências aos bens objeto dos contratos e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade dos Adjudicatários.
- 29. CONFORMIDADE DOS BENS**
- 29.1.** Os bens objeto dos contratos devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, e, em conformidade com as características constantes no **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos.
- 29.2.** Os Adjudicatários são responsáveis perante a SCML por qualquer inconformidade, defeito ou discrepância dos bens a fornecer objeto dos contratos, que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
- 29.3.** Em caso de não conformidade dos bens, a SCML notifica os Adjudicatários, os quais devem proceder à substituição dos mesmos no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**.

ANEXO A
CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **Aquisição de Têxteis** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do declarante e carimbo

ANEXO C

DESCRIÇÃO DOS BENS

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)